RENATO GRECCO

**O momento da formação do contrato:
das negociações preliminares ao vínculo contratual**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Associado Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

RENATO GRECCO

**O momento da formação do contrato:
das negociações preliminares ao vínculo contratual**

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

Janeiro de 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, exclusivamente para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Grecco, Renato

O momento da formação do contrato: das negociações preliminares ao vínculo contratual / Renato Grecco ; orientador Claudio Luiz Bueno de Godoy – São Paulo, 2018.
245 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Contratos. 2. Formação do contrato. 3. Negociações preliminares. 4. Identificação do vínculo contratual. I. Godoy, Claudio Luiz Bueno de, orient. II. Título.

Nome: GRECCO, Renato

Título: O momento da formação do contrato: das negociações preliminares ao vínculo contratual

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Civil, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Claudio Luiz Bueno de Godoy.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Professor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Professor _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

À minha mãe, ao meu irmão e à Pri, pelo fundamental e insubstituível apoio, e com quem para sempre compartilharei memórias e saudades do meu querido pai, que certamente está muito orgulhoso da família que formou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, meu maior professor, que continua diariamente presente, ensinando lições imprescindíveis que eu nem pensava precisar saber.

À Pri, pela paciência, apoio e compreensão nos últimos anos, tão essenciais e indispensáveis quanto o carinho diário incondicional.

À minha mãe e ao meu irmão, sem os quais não teria sido possível chegar até aqui.

Ao Professor Godoy, cuja disposição e paciência para compartilhar seus precisos e preciosos conhecimentos foram fundamentais para evoluir e concluir o projeto de pesquisa inicialmente apresentado.

Ao João Marcelo e ao escritório, que não se limitaram a simplesmente permitir o estudo acadêmico, mas incentivaram-no a todo tempo, colaborando de forma essencial para que fosse possível a sua realização.

Aos Professores Zanetti e Morsello, cujas sugestões e críticas absolutamente construtivas na banca de qualificação foram primordiais para melhor compreensão do tema e direcionamento da pesquisa.

Aos amigos, que compreenderam a ausência e incentivaram esse trabalho.

RESUMO

GRECCO, Renato. *O momento da formação do contrato: das negociações preliminares ao vínculo contratual*. 2018. 282p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

A dissertação tem por objetivo analisar a formação dos contratos cuja conclusão não é instantânea, isto é, daqueles contratos precedidos por uma fase de negociação. Os principais aspectos de estudo são a *identificação* da efetiva formação de um contrato e a determinação do *momento* em que o vínculo contratual é criado. O trabalho examina, portanto, *se e quando* um contrato pode ser reputado concluído, em especial um contrato de formação progressiva. A dissertação discorre, ainda, sobre outros aspectos da fase pré-contratual, analisando as características de alguns dos documentos elaborados nesse período. Analisa-se, ademais, a cláusula geral de boa-fé objetiva em suas diferentes funções, principalmente a forma com que modula a conduta das partes em negociação e a maneira como auxilia na interpretação e identificação da declaração negocial. A dissertação destaca valores como a confiança e a segurança do tráfego comercial e suas implicações no período pré-contratual e na interpretação das condutas das partes em negociação. Discorre-se, ainda, sobre os elementos de existência do negócio jurídico (e, portanto, do contrato) e de que forma tais elementos devem ser identificados, notadamente em um contrato de formação progressiva. Por fim, a dissertação propõe e examina alguns critérios e balizas para nortear o operador do direito na identificação da conclusão de um contrato, com destaque à interpretação e identificação da declaração negocial.

Palavras-chave: Contratos. Formação do contrato. Negociações preliminares. Formação progressiva do contrato. Identificação do vínculo contratual.

ABSTRACT

GRECCO, Renato. *When the contract is formed: from the preliminary negotiations to the binding agreement*. 2018. 282p. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo (USP), 2018.

The dissertation aims to analyze the formation of contracts with non-instantaneous conclusion, that is, those contracts preceded by a negotiation phase. The main aspects of study are the *identification* of the effective formation of a binding agreement and the determination of the *moment* in which the contractual bond is created. The work then examines *whether* and *when* a contract can be deemed completed, in particular a contract with progressive formation. The dissertation also discusses other aspects of the pre-contractual phase, analyzing the characteristics of some of the documents elaborated in such period. The general clause of objective good faith in its different functions is analyzed, specially the way it modulates the conduct of the negotiating parties and the way it assists in the interpretation and identification of the manifestation of intent (*declaração negocial* or *declaração de vontade*). Of particular note are values such as the reliability and safety of commercial traffic and their applications to the pre-contractual period and to the interpretation of the negotiating parties' conducts. It also discusses the elements of existence of the *negócio jurídico* (and therefore the contract) and how such elements should be identified, notably in a contract with progressive formation. Finally, the dissertation proposes and examines some standards and criteria to guide the parties and the law experts in the identification of the conclusion of a contract, with emphasis on the interpretation and identification of the manifestation of intent (*declaração negocial* or *declaração de vontade*).

Keywords: Contracts. Contract formation. Preliminary negotiations. Progressive formation of a contract. Recognition of a binding agreement.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	9
1. A FASE PRÉ-CONTRATUAL.....	13
1.1. O contrato como fonte de obrigações.....	13
1.2. A fase pré-contratual	17
1.2.1. Tratativas, negociações e período de formação do contrato: as divisões e nomenclaturas da fase pré-contratual	28
1.2.2. Proposta e aceitação.....	32
1.2.2.1. O momento de conclusão do contrato: problemática.....	39
1.2.2.2. O momento de conclusão do contrato: relevância jurídica	42
2. FORMAÇÃO PROGRESSIVA DO CONTRATO	47
2.1. O processo de formação do contrato	47
2.2. Documentos pré-contratuais: características e efeitos	59
2.2.1. Notas sobre o contrato preliminar.....	69
2.2.2. A minuta e seus efeitos	79
2.2.3. A carta de intenções (<i>letter of intent</i>) e demais acordos parciais.....	92
2.2.4. Documentos pré-contratuais e o <i>vinculum juris</i>	97
2.3. A cláusula geral de boa-fé objetiva e a fase pré-contratual: relação jurídica de confiança.....	103
2.4. Notas sobre a responsabilidade pré-contratual.....	113
3. ELEMENTOS DO CONTRATO E DECLARAÇÕES NEGOCIAIS.....	127
3.1. Os elementos de existência do contrato	127
3.2. A ausência da <i>vontade</i> dentre os elementos de existência do contrato	144
3.2.1. Observações introdutórias sobre a autonomia privada	145
3.2.2. A vontade e a declaração negocial.....	148
3.3. Declaração negocial como manifestação de vontade qualificada	158
3.3.1. As circunstâncias negociais	161
3.3.2. Interpretação das declarações negociais	164
3.4. Determinação da formação de um contrato: uma questão interpretativa	184
4. CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA FORMAÇÃO DO CONTRATO .	187
4.1. Necessidade de critérios a balizar uma análise objetiva	187
4.1.1. Experiência estadunidense: contornos do contrato na common law e possíveis conflitos na fase pré-contratual.....	189
4.1.2. Experiência estadunidense: o <i>four-factor test</i> dos tribunais de Nova Iorque	208
4.2. É possível estabelecermos critérios similares ao <i>four factor test</i> , ainda que de forma não taxativa? Prelúdio de uma conclusão	221
4.3. Análise crítica de julgados	246
CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	269

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a formação dos contratos cuja conclusão não é instantânea, isto é, daqueles contratos precedidos por uma fase de negociação¹. Os principais aspectos de estudo são: (i) a *identificação* da efetiva formação de um contrato – ou seja, a verificação da existência ou não desse contrato; bem como (ii) a determinação do *momento* em que o vínculo contratual é criado. Essa dissertação examinará, portanto, *se e quando* um contrato pode ser reputado concluído.

Além disso, de maneira acessória, esse estudo discorrerá sobre outros aspectos da fase pré-contratual, analisando as características de alguns dos documentos elaborados em tal período.

Nesta dissertação, o contrato cuja formação será estudada é sempre precedido de um período de negociações, que se estendem pelo tempo, de forma continuada ou intermitente, até a conclusão do contrato. Diferentemente de contratos cuja conclusão é instantânea, ou seja, em que não se faz necessária uma fase prévia de negociações, alguns contratos, seja pela complexidade de seu conteúdo, elevado valor econômico ou importância estratégica para as partes², formam-se de modo progressivo, vez que a declaração de vontade das partes em negociação “somente irá se aperfeiçoar e convergir no mesmo sentido da vontade do outro depois de transcorrido um processo de desenvolvimento”³. O momento de conclusão do contrato, nesses casos, nem sempre é de simples constatação.

A formação do contrato é tema clássico do direito obrigacional.⁴ O contrato, principal fonte das obrigações, é objeto de vasta literatura jurídica – nacional e estrangeira –, que

¹ Desde já, frise-se que a fase preparatória está presente em todos os negócios. Contudo, a fim de facilitar a compreensão do tema e não tornar a dissertação repetitiva, considerar-se-ão os contratos de formação instantânea em oposição aos contratos precedidos por uma fase de negociações.

² Tendo em vista as características elencadas, não serão foco desse estudo as particularidades atinentes a contratos de consumo, contratos de adesão e outros contratos em que não seja comum a existência de uma fase relevante de negociações. Esse estudo focará nas relações comerciais e nas relações civis positivamente paritárias e de lucro, que pela complexidade do objeto em negociação, valor ou importância estratégica para as partes, acabam demandando longo e/ou intenso período de negociações.

³ ROPPO, Vincenzo. Il contratto. In: IUDICA, Giovanni; ZATTI, Paolo. **Trattato di diritto privato**. Milão: Giuffrè, 2001, p. 137.

⁴ Apesar de clássico, é um tema que ainda traz diversas questões interessantes. Como menciona Spínola Gomes: “É curioso como temas basilares de qualquer sistema jurídico, como a formação dos contratos, ainda desafiam tantas questões. Benjamin Cardozo, que foi jurista e *justice* da Suprema Corte norte-americana, relatou a mesma sensação, afirmando lhe provocar um senso de encantamento que ‘com todos os séculos de desenvolvimento da *common law*, com tantos tribunais e decisões sobre diversos assuntos, ainda existam tantas questões elementares, no sentido de serem primárias e básicas, que permanecem sem resposta’. O mesmo pode ser dito, com tranquilidade, na tradição continental.” (SPÍNOLA GOMES, Técio. **O processo**

de forma dedicada ou incidental aborda a sua formação. Basta abrir qualquer manual de direito civil que haverá, ao menos, alguns parágrafos dedicados ao tema, sempre explorado nos cursos adotados nas escolas de ensino jurídico.

Difícilmente, contudo, são explorados de forma dedicada o *processo* de formação do contrato e o exato momento em que este é concluído, o que pode ser de difícil constatação, notadamente quando o contrato é precedido por uma fase de negociações mais longa e intensa, com a sucessiva celebração de acordos pré-contratuais e outros documentos.

A própria fase pré-contratual, não obstante a existência de alguns notáveis estudos, como os desenvolvidos por Chaves⁵, Garcia⁶, Fichtner Pereira⁷, Azevedo⁸, Zanetti⁹, Grün¹⁰, Gogliano¹¹ e Spínola Gomes¹², é tema pouco explorado pela doutrina nacional. É o que, já em 2003, apontava Zanetti:

De fato, os juristas pátrios tratam amiúde dos problemas atinentes à conclusão, ao cumprimento e à extinção do contrato, que, no novo Código Civil, ocupam nada menos que 432 artigos, sete a mais do que havia no Código Civil de 1916. Paradoxalmente, o momento anterior à conclusão do negócio jurídico contratual não tem merecido atenção semelhante por parte dos operadores do direito nacional, não se exagerando ao afirmar que, em termos comparativos, as negociações tendentes à formalização do vínculo, salvo honrosas exceções, vêm sendo sistematicamente ignoradas, como se não tivessem qualquer relevância (...).¹³

Alguns autores dividem a fase pré-contratual em duas, três ou até quatro fases distintas. Apesar de abordar aspectos atinentes a todo esse período, isto é, desde o primeiro contato entre as partes até a efetiva conclusão do contrato, esta dissertação terá como foco a fase imediatamente anterior ao vínculo contratual, sendo o período mais distante, de tratativas iniciais, abordado de forma incidental. A razão para tal abordagem decorre do fato

de formação do contrato: abordagem comparatista entre a tradição da *common law* e o direito brasileiro. 2017. 159f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017, p. 114)

⁵ CHAVES, Antônio. **Responsabilidade pré-contratual**. 2ª ed., São Paulo: Lejus, 1997.

⁶ GARCIA, Enéas Costa. **Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé**. 1ª ed., São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

⁷ PEREIRA, Regis Fichtner. **A responsabilidade civil pré-contratual: teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações contratuais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2001.

⁸ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. A boa-fé na formação dos Contratos. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v.87, 1992; e AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum. **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 18, p. 23-31, 1996.

⁹ ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira Ltda., 2005.

¹⁰ GRÜN, Mary. **A eficácia dos documentos pré-contratuais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

¹¹ GOGLIANO, Daisy. **Tratativas pré-contratuais (bases de uma teoria)**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2013, São Paulo.

¹² SPÍNOLA GOMES, Tércio. **O processo de formação do contrato...** op. cit.

¹³ ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações...** op. cit., p. 2.

de nesse momento, em que mais próxima a conclusão do contrato, se formar uma relação jurídica especial ou de confiança mais intensa que a difere do período das tratativas iniciais e a aproxima da fase propriamente contratual.

Buscar-se-á explorar e definir as características e efeitos de alguns dos principais documentos celebrados durante a fase pré-contratual, seguindo a classificação proposta por Pignataro¹⁴ e adotada por alguns autores, dentre os quais Zanetti¹⁵, que categoriza os instrumentos celebrados nessa fase conforme sua função: contratos preparatórios, contratos temporários e contratos parciais.

Serão analisados, ainda, os efeitos das minutas e as características das chamadas *letters of intent* (ou cartas de intenções, como traduzidas na prática contratual brasileira). Naturalmente, a análise não se limitará a traçar características desses instrumentos, mas buscará demonstrar de que forma esses documentos contribuem para a formação do contrato almejado pelas partes durante a fase de negociações pré-contratuais.

Dentro do estudo da formação do contrato, far-se-á necessário analisar como a cláusula geral¹⁶ da boa-fé objetiva, em suas diferentes funções, atua de modo a modular a conduta das partes em negociação e a auxiliar na interpretação e identificação da declaração negocial. Sobre a cláusula geral de boa-fé e suas diferentes funções, assim ensina Martins-Costa: “a boa-fé domina e tutela todo o ordenamento jurídico, mas especialmente as relações obrigacionais, em todos os seus aspectos e em todo o seu conteúdo estão sujeitas à sua incidência imediata”.¹⁷

Ainda, pretende-se discorrer sobre os elementos de existência do negócio jurídico (e, portanto, do contrato) e de que forma tais elementos devem ser identificados pelo operador do direito, notadamente em um contrato formado com as características já descritas acima. É evidente que essa questão não tem uma solução simples, demandando um aprofundamento teórico significativo, em especial com relação ao efetivo papel da vontade na formação do contrato.

Como ficará demonstrado, a identificação da declaração negocial – nas diversas formas em que ela pode se apresentar – é o grande causador de controvérsia em matéria de

¹⁴ PIGNATARO, Gisella. **Buona fede oggettiva e rapporto giuridico precontrattuale**: gli ordinamenti italiano e francese. Napoli: Edizioni Schientifiche Italiane, 1999, p. 97.

¹⁵ ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**... op. cit., p. 19.

¹⁶ Na definição de Karl Engisch, uma cláusula geral seria “uma formulação da hipótese que, em termos de grande generalidade, abrange e submete a tratamento jurídico todo um domínio de casos”. (ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 2001, p. 229).

¹⁷ MARTINS-COSTA, Judith. A incidência do princípio da boa-fé no período pré-negocial: reflexões em torno de uma notícia jornalística. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 4, out./1992. p. 145.

formação do contrato, sendo a análise dos demais elementos próprios à existência contratual menos controversa.

Por fim, serão traçados alguns critérios e balizas para nortear o operador do direito na identificação da conclusão de um contrato¹⁸, auxiliando-o na identificação dos elementos de sua existência, incluindo, logicamente, a declaração negocial.

Nesse sentido, serão analisados alguns critérios propostos e adotados pelos tribunais de Nova Iorque, nos Estados Unidos, para identificação da intenção das partes negociantes em se vincular a um acordo – o chamado “*four-factor test*”¹⁹. Com inspiração na experiência daquele país, buscaremos alguns parâmetros aplicáveis ao ordenamento brasileiro, propondo critérios que, ao menos, objetivem funções similares.

Ressalta-se, desde logo, que essa dissertação não terá como resultado a identificação de uma linha divisória bem definida entre relações cujo vínculo contratual já foi criado e relações que ainda não deixaram a fase de negociações. Esse esforço teórico, na verdade, buscará contribuir com critérios para essa identificação no caso concreto, vez que impossível de ser realizada *in abstracto*. Espera-se, assim, que o trabalho a seguir e os critérios a serem propostos facilitem o invariavelmente necessário exame casuístico.

¹⁸ Quanto aos termos *formação* e *conclusão* do contrato, além de outros comumente utilizados por parte da doutrina, como *perfeição* do contrato, embora aparentemente sinônimos, parte da doutrina prefere distingui-los. Essa a opção, por exemplo, de Spínola Gomes (SPÍNOLA GOMES, Tércio. **O processo de formação do contrato**... op. cit., p. 62) e Diener, para quem “a *formação* do contrato é composta de uma série de atos, cujo evento final é a *conclusão*. Portanto, a *formação* do contrato pode estender-se no tempo, mas a *conclusão* é realizada em um único instante.” (DIENER, Maria Cristina. **Il contratto in generale**. 3 ed. Milão: Giuffrè, 2015, p. 127 *apud* SPÍNOLA GOMES, Tércio. O processo de formação do contrato... op. cit., p. 62). A maior parte dos autores que trata de forma dedicada ou incidental sobre o tema, contudo, não chega a realizar tal distinção. A própria legislação, embora aparente preferir o termo *formação* para se referir ao processo que leva à *conclusão* de um contrato, não segue essa terminologia de forma rigorosa, vez que se refere também à *conclusão* quando deveria se referir à *formação* (art. 422) ou, ainda, à *perfeição* quando deveria se referir à *conclusão* (art. 434). Embora interessante a diferenciação, essa dissertação opta por não se ater de maneira rigorosa a essa terminologia, exceto quando o correto entendimento do termo não puder ser inferido do contexto, em especial quando quiser se referir à *conclusão* de um contrato (vez que tal termo possui um significado único no contexto que se discute, diferentemente do vocábulo *formação*, que pode ser polissêmico). Por fim, apenas para que não restem dúvidas, a expressão “*momento* de formação do contrato” (e outras similares) referida ao longo das próximas páginas e no próprio título desse trabalho, refere-se tanto ao *processo de formação* que culmina na *conclusão* de um contrato (portanto, o *momento* retrata um *período*, composto de uma série de atos), quanto ao instante único em que esse contrato é reputado concluído (nesse caso, o *momento* retrata um *instante* específico). Como visto nessa introdução, a análise de ambos faz parte do objeto de investigação principal dessa dissertação.

¹⁹ Critério de análise da intenção das partes em se vincular por meio de um contrato (*intent to be bound*) proposto pelos tribunais de Nova Iorque, EUA com base no *Restatement (Second) of Contracts* §27. Os *Restatements of the Law* surgiram de esforços voltados à sistematização e codificação do direito americano. Tais trabalhos tinham por objetivo prover às cortes jurisdicionais uma base doutrinária e jurisprudencial a respeito das diversas áreas do direito, bem como proporcionar o desenvolvimento dessas. Na área dos contratos, sua primeira versão – *Restatement of the Law of Contracts* – foi publicada em 1932 pelo *American Law Institute* (ALI); tal versão foi posteriormente atualizada, sendo em 1979 publicado o *Restatement (Second) of Contracts*. Apesar de não ter natureza vinculativa de lei, é reconhecido como um exemplo de *soft law* de sucesso. (SCOTT, Robert E.; KRAUS, Jody S. **Contract law and theory**. 4. ed. Newark: LexisNexis, 2007. p. 2.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um contrato é considerado formado se presentes os elementos necessários à sua existência. Dentre os elementos essenciais para tanto, a declaração negocial⁸⁹⁵ – entendida como a manifestação de vontade qualificada pelas circunstâncias negociais, que demonstra o consenso acerca daquela contratação e é apta, portanto, a concluir o contrato – é o elemento de maior dificuldade de identificação, capaz de gerar incertezas *se e quando* um contrato teria sido concluído.

Essa dificuldade é mais evidente naqueles contratos de formação progressiva, vez que nem sempre é fácil ou possível distinguir uma declaração que oferta e uma declaração que aceita. Há, inclusive, como vimos, juristas que sustentam a superação do binômio oferta-aceitação, admitindo a possibilidade de outros procedimentos de formação do contrato. Independentemente dessa posição, o foco na análise da formação do contrato deve ser sempre na identificação dos elementos de existência daquele contrato *in concreto*, em especial a declaração negocial.

A identificação da declaração negocial passa, necessariamente, por um exercício interpretativo das manifestações, expressas ou tácitas, das partes em negociação. E é claro que em uma formação progressiva do contrato deve-se olhar não apenas para os fatos e comportamentos isolados de cada parte, mas sim para o contexto em que essas condutas se inserem, considerando todo o conjunto de atos de aproximação das partes em negociação.

O negócio jurídico – e, portanto, o contrato – é um fato social. É o reconhecimento social de determinadas condutas, compreendidas dentro de um modelo cultural de atitude, que faz com que aquele dado negócio seja visto como apto à produção de efeitos jurídicos. A identificação da declaração negocial, com isso, deve ser realizada levando em conta as características sociais e culturais, incluindo os usos e costumes comerciais daquele mercado específico em que a negociação se insere.

Como vimos, há uma crescente valorização da cláusula geral de boa-fé objetiva e de outros princípios dela decorrentes (ou, ao menos, a ela relacionados) e também caros ao ordenamento, como a confiança e a segurança do tráfego comercial. Deve-se, claro, evitar a *superutilização* da boa-fé objetiva, sob pena de convertê-la em um instrumento vazio e

⁸⁹⁵ Seja uma declaração de aceitação de uma das partes, uma declaração conjunta ou, ainda, declarações concomitantes.

inútil. Como menciona Rosenvald, “o grande desafio relacionado ao princípio da boa-fé concerne à sua mais exata concreção.”⁸⁹⁶

Por essa razão, tentou-se no Capítulo 4 realizar um exercício de concretização do conteúdo da cláusula de boa-fé objetiva (incluindo a confiança dela decorrente), o qual é importantíssimo para, de um lado, afastar a superutilização indevida, infundada e atécnica de tal cláusula geral e, de outro lado, dar ao intérprete do direito elementos concretos para sua utilização.

Em decorrência da cláusula geral de boa-fé, parece-nos que a interpretação das declarações negociais deve sempre ser realizada da perspectiva de um declaratório comum colocado na posição do real declaratório, levando em consideração requisitos objetivos de proteção à confiança legítima. Isso representaria uma forma de tutela da confiança na formação do contrato, que não deve necessariamente ficar adstrita à proteção indenizatória decorrente da responsabilidade pré-contratual.

A consideração dos usos e costumes do tráfego comercial na interpretação dos atos das partes em negociação é não apenas instrumento apto a auxiliar a compreensão das declarações negociais, como também uma maneira de tutelar a segurança do tráfego jurídico, valor caro ao ordenamento e ao direito privado.

Como demonstramos, a determinação do momento de formação do contrato é tarefa impossível de ser realizada no plano teórico, sendo imperativa uma análise do caso concreto. Não é possível, também, estabelecermos *a priori* critérios exaustivos e imutáveis para tanto. Apesar disso, o exercício realizado no Capítulo 4 pareceu-nos capaz de entregar ao intérprete do direito balizas adequadas e aptas a facilitar o exame dessa questão *in concreto*. Para evitar repetições desnecessárias, faz-se referência ao Capítulo 4.2, no qual se anunciou o prelúdio dessa conclusão.

Em suma, não se trata de criar novas fontes luminosas ao direito contratual, as quais nos parecem desnecessárias, tendo em vista que o direito contratual tal como estruturado e sistematizado em nosso país já entrega todos os subsídios necessários à identificação da formação de um contrato. Trata-se, outrossim, de um exercício de concretização da boa-fé inspirado pela confiança, auxiliando o operador do direito na aplicação do regramento le-

⁸⁹⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, v. 4 – Direito dos Contratos. 9. ed. Salvador (BA). Editora Juspodium, 2013, p. 167.

gal já existente a fim de identificar a conclusão de um contrato em situações nas quais essa tarefa não é tão evidente, em especial naquelas de formação progressiva.

Se hoje, pelas razões mencionadas ao longo desse trabalho, já há uma maior complexidade nas relações de troca, que se reflete também no processo de negociações e de formação dos contratos, a tecnologia em constante evolução deve trazer ainda mais desafios para os juristas do futuro próximo e remoto. Pense-se, por exemplo, na possibilidade – que não nos parece longínqua – de contratações serem *formadas* e *concluídas* por meio de computadores e algoritmos⁸⁹⁷, esses últimos cada vez mais presentes em nosso cotidiano. Ora, uma base de dados devidamente alimentada e organizada, contando com diferentes tipos de contratos, decisões judiciais a respeito de conflitos contratuais e doutrina atualizada sobre o tema, poderá, eventualmente, ser capaz de gerar contratos prontos, detalhados, aparentemente justos e equilibrados e em consonância com as mais recentes práticas e entendimentos jurídicos, bastando às partes, eventualmente, decidir sobre uma ou outra questão específica. Haveria, em tese, um contrato bastante *completo* (ou próximo disso), aumentando a segurança jurídica de todos os envolvidos naquela relação, sem a ineficiência de altos custos de transação. Indo um passo adiante nesse cenário hipotético: nada parece impedir, em um primeiro momento, que as partes resolvam, de comum acordo, vincular-se a um contrato que *será* gerado por um algoritmo, antes que, de fato, haja um regramento contratual para ser examinado e livremente consentido. Ou seja, as partes manifestariam seu assentimento e desejo de vinculação a um contrato cujos termos sequer conhecem, confiando na *qualidade* da base de dados e do algoritmo – à exceção, eventualmente (ou não), de um ou outro elemento previamente acordado à maneira clássica. Nesse cenário, em que momento há a conclusão do contrato? É esse contrato legítimo e exequível? Essas são apenas divagações sobre questões que poderão seguir aparecendo a respeito desse tema, o qual, apesar de clássico, continua em constante evolução.

O importante é que o direito, em especial o direito contratual, siga sempre as inevitáveis mudanças da sociedade e do comércio, com respeito à cultura em que as negocia-

⁸⁹⁷ Nada impede, por exemplo, que as partes celebrem um acordo prévio dispondo sobre um procedimento específico de formação do contrato – como similarmente ocorre na resolução de conflitos contratuais por meio da arbitragem, em que as partes possuem ampla liberdade para regular o procedimento da maneira que entendam adequado. Parra Lucán utiliza essa hipótese (de acordo prévio sobre procedimento de formação do contrato) como argumento a ratificar sua posição de atipicidade dos procedimentos de formação do contrato. (LUCÁN, Maria Ángeles Parra Lucán. La formación del contrato como proceso. In: _____ (org.). Negociación y perfección de los contratos. Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi, 2014. P. 68 e 74 *apud* SPÍNOLA GOMES, Técio. **O processo de formação do contrato...** op. cit., p. 122.). Já o paralelo com a arbitragem é exemplo de Spínola Gomes (SPÍNOLA GOMES, Técio. **O processo de formação do contrato...** op. cit., p. 122).

ções se inserem e servindo como instrumento de consecução dos interesses individuais e coletivos – e não como entrave burocrático a (tentar) limitar os avanços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARON, Stewart D.; CATERINA, Jessica. Contract formation under New York Law: by choice or through inadvertence. **Syracuse Law Review**, v. 66, p. 855-868, 2016.

ABREU, José de. **O negócio jurídico e sua teoria geral**. São Paulo, 1984.

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. Contratos relacionais, existenciais e de lucro, in **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 45, jan./mar. 2011.

ALEM, Fabio Pedro. **Contrato preliminar: eficácia nos negócios jurídicos complexos**. 197f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

ALEMANHA. Bürgerliches Gesetzbuch (BGB). Disponível em < <https://www.gesetze-im-internet.de/bgb/index.html>>. Acesso em 5 jan. 2018.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. Interpretação do contrato. **O Direito**, Lisboa, ano 124, n. 4, p. 629-651, 1992.

ALMEIDA COSTA, Mario Júlio de. **Responsabilidade civil pela ruptura das negociações preparatórias de um contrato**. Coimbra: Editora Coimbra, 1984.

_____. **Direito das obrigações**. 12^a ed., 3^a reimpressão. Coimbra: Almedina, 2014.

ALVARENGA, Maria Isabel de Almeida. **Direito de preferência para a aquisição de ações**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: COMPARATO, Fábio Konder (orient). São Paulo, 2001.

ALPA, Guido. Le contrat ‘individuel’ et sa définition. **Revue Internationale de Droit Comparé**, n. 2, p. 327-350, 1988.

AMARAL, Francisco. **Direito civil: introdução**. 6^a ed. Imprensa: Rio de Janeiro, Renovar, 2006.

AMERICAN LAW INSTITUTE. **Restatement of the law: Contracts 2d**. Vol I. Saint Paul: American Law Institute, 1981.

ANTUNES VARELA, João de Matos. **Das obrigações em geral**. 10. ed., 6. reimp., v. I, Coimbra: Almedina, 2009.

ARGENTINA. **Código Civil Y Comercial de La Nacion** de 1º de outubro de 2014. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/235000-239999/235975/norma.htm>>. Último acesso em 5 jan. 2018.

ASSIS, Araken de; ANDRADE, Ronaldo Alves de; ALVES, Francisco Glauber Pessoa. **Comentários ao Código Civil brasileiro. Do Direito das Obrigações (Arts. 421 a 578)**. Vol. V, ALVIM, Arruda. ALVIM, Thereza. (Coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ATTIYAH, Patrick Selim. **The rise and fall of freedom of contract**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico e declaração negocial (noções gerais e formação da declaração negocial)**. 1986. 244f. Tese (Titularidade do Departamento de Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

_____. A Boa-fé na formação dos Contratos. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v.87, 1992.

_____. Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum. **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 18, p. 23-31, 1996.

_____. Insuficiências, deficiências e desatualização do projeto de Código Civil na questão da boa-fé objetiva nos contratos. **Revista Trimestral de Direito Civil**, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./mar., 2000.

_____. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Estudos e pareceres de Direito Privado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Diálogos com a doutrina: entrevista com Antônio Junqueira de Azevedo. **Revista Trimestral de Direito Civil**, v. 9, n. 34, abr./jun. 2008.

_____. **Novos estudos e pareceres de direito privado**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BANDEIRA, Paulo Greco. **Contrato incompleto**. São Paulo: Atlas, 2015.

BASSO, Maristela. As cartas de intenção ou contratos de negociação, **Revista dos Tribunais**, v. 88, n. 769, p. 28-47, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

BEATSON, Jack; BURROWS, Andrew; CARTWRIGHT, John **Anson's Law of contract**, Oxford, 2010.

BENACCHIO, Marcelo. **Responsabilidade Civil Contratual** - Col. Prof. Agostinho Alvim. São Paulo: Saraiva, 2011.

BENEDETTO, Alessandra. **Pre-contractual agreements in international commercial contracts: legal dynamics and commercial expediency**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Università Degli Studi di Salerno, Italia, Salerno, 2012.

BERNSTEIN, Herbert; ZEKOLL, Joachim. The gentleman's agreement in legal theory and in modern practice: United States. **The American Journal of Comparative Law**, Ann Arbor, v. 46, n. 1, p. 87–110, 1998.

BERNSTEIN, Lisa. Opting out of the legal system: extralegal contractual relations in the diamonds industry, **Journal of Legal Studies**, Chicago, v. 21 n. 1, p. 115-157, jan. 1992.

BETTI, Emilio. Teoria generale del negozio giuridico. In: VASSALLI, Filippo. (Dir). **Tratatto di diritto civile italiano**. 3. ed. Torino, UTET, 1960.

_____. Teoria geral do negócio jurídico. Tradução: Servanda Editora. Campinas, SP: Servanda Editora, 2008.

BIANCHINI, Luiza Lourenço. **Contrato preliminar: conteúdo mínimo e execução**. Porto Alegre: Arquipélago Ed., 2017.

BIONDI, Biondo. **Instituzione di diritto romano**. 4. ed. Ampliada. Milão. Dott. A. Giuffré Ed., 1965.

BITTAR, Carlos Alberto. **Curso de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, v. I.

BORDA, Alejandro. **La teoria de los actos propios**. 3. ed. Ed. Abeledo-Perrot, 2000.

BRASIL. Código Civil de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 5 jan. 2018.

BRASIL. Código de Defesa do Consumidor de 11 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 5 jan. 2018.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados. Coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012.)

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 1131069-5, 11ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Gilberto Pinto dos Santos, j. 12/04/06. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0211399-92.2007.8.26.0100, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Rel. Des. Francisco Loureiro, j. 16/03/16. Disponível em: <<http://www.tjsp.jus.br/>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação nº 0034576-62.2011.8.19.0023, 11ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Henrique Oliveira Marques, j. 26/04/17. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação nº 0139540-05.2013.8.21.7000, 9ª Câmara Cível, Rel. Des. Marilene Bonzanini, j. 14/08/13. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/>>. Acesso em: 4 dez. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apelação nº 591.028.295, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. Marilene Bonzanini, j. 6/06/91. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/>> . Acesso em: 8 nov. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Embargos Infringentes nº 59108335, 3º Grupo das Câmaras Cíveis, Rel. Des. Juiz Adalberto Libório Barros, j. 01/11/91. Disponível em: <<http://www.tjrs.jus.br/site/>>. Acesso em 2 dez. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 5406/SP, Quarta Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 26/03/91, DJ 29/04/91. Disponível em: < <http://www.stj.jus.br/>> Acesso em 5 jan. 2018.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 54 de 24 de setembro de 1992. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/SearchBRS?b=SUMU&livre=@docn=%27000000054%27>. Acesso em: 10 nov. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 88.716-4/RJ, Segunda Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 11/09/79. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/>>. Acesso em: 8 nov. 2017.

BRODSKY, Stephen L. Federal Courts in New York provide framework for enforcing preliminary agreements, **Journal of the New York State Bar Association**, Albany, p. 16-25, Mar./Apr. 2001.

BURROWS, Andrew S. **A casebook on contract**, Oxford, 2011.

BURROWS, Andrew S.; e PEEL, Edwin. **Contract formation and parties**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BUSNELLI, Francesco D.; PATTI, Salvatore. **Danno e responsabilità civile**. Studi di Diritto Privato 7. 3. ed. Torino: G. Giappichelli Editore, 2013.

CAPPELARI, Récio Eduardo. **Responsabilidade pré-contratual, aplicabilidade ao direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.

CARNELUTTI, Francesco. Formazione progressiva del contratto. **Revista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle Obbligazioni**, Milano, v. XIV, segunda parte, p. 308-319, 1916.

_____. **Teoria generale del diritto**. 3. ed. Roma: Soc. Ed. del “Foro Italiano”, 1951.

CARVALHO, Orlando de; ANDRADE, Manuel A. Domingues de. **A teoria geral da relação jurídica: seu sentido e limites**. 2ª ed. Coimbra, Centelha, 1981.

CESÀRO, Ernesto. **Il contratto e l’opzione**. Napoli: Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, 1969.

CHAVES, Antônio. **Responsabilidade pré-contratual**. 2ª ed., São Paulo: Lejus, 1997.

_____. Responsabilidade pré-contratual. In: NERY JR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade (Org.). **Responsabilidade civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. v. 2: direito das obrigações e direito negocial.

CHEN-WISHART, Mindy. **Contract Law**, Oxford, 2010.

CHITTY, Joseph., **Chitty on contracts**, vol. I, §§ 129-139, 30rd ed., London: Sweet and Maxwell, 2010

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito civil. Vol. 3, 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 2007

COUTO E SILVA, Clóvis Veríssimo do. **A obrigação como processo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CORBIN, Arthur Linton; MURRAY, Timothy; PERILLO, Joseph M; MURRAY JR., John E. Corbin on contracts §§ 1.1-4.14: formation of contracts. Matthew Bender (rev. ed. 1993).

DE LOS MOZOS, José Luis. **La inexistencia del negocio jurídico**. Madri, Instituto Editorial Reis, 1960.

DELGADO, Abel Pereira. **Do contrato-promessa**. 3. ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1985.

DIAMVUTU, Lino. **A tutela da confiança nas negociações pré-contratuais**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Direito dos Contratos do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2010/11).

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 3.

DUARTE, Nestor. **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência**. Coord. Cezar Peluso. 7. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2013.

DUXBURY, Robert. **Contract Law**, London, 2008.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, v. 4 – Direito dos Contratos. 9. ed. Salvador (BA). Editora Juspodium, 2013

FARNSWORTH, E. Allan. Precontractual liability and preliminary agreements: fair dealing and failed negotiations, **Columbia Law Review**, v. 87, n. 2, p. 217-294, Mar./1987.

_____. **Contracts**. Aspen Treatise Series: 4. Ed., 2005.

FAVALE, Rocco. Opzione. Art. 1331 in **Il Codice Civile**, Commentario, org. por D. Busnelli, Milano, Giuffrè, 2009.

FERRARA, Luigi cariota. **Il negozio giuridico nel diritto privato italiano**, Napoli: A. Morano Editore, 1960.

FERRO-LUZZI, Frederico. **L'imputazione precontrattuale. Il preliminare. Le trattative**. Padova: Cedam, 1999.

FIUZA, César.; SÁ, Maria de Fátima Freide de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Direito Civil**. Da autonomia privada nas situações jurídicas patrimoniais e existenciais. Belo Horizonte/MG: Editora DelRey. 2007.

FONTAINE, Marcel; LY, Filip de. **Drafting internacional contracts: an analysis of contract clauses**. Ardsley: Transnational Publishers, Inc., 2006.

FONSECA, Patrícia Afonso. As cartas de intenções no processo de formação do contrato. Contributo para o estudo de sua relevância jurídica, **Revista "O Direito"**, a. 138, n. 5, p. 1101-1147, Coimbra: Almedina, 2006.

FORGIONI, Paula. **Contratos empresariais: teoria geral e aplicação**. 1 ed. São Paulo: RT, 2015.

FRADA, Manuel Antonio de Castro Portugal Carneiro da. **Teoria da confiança e responsabilidade civil**. Lisboa: Almedina, 2004.

_____. **Contrato e deveres de protecção**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1994

FURMSTON, Michael. Letters of Intent. In: BURROWS, Andrew; PEEL, Edwin. **Contract formation and parties**. New York: Oxford University Press, 2010.

GABRIELLI, Enrico. **Trattato dei contratti, i contratti in generale.**, 1. ed. Milano: UTET, 1999.

GALLIGAN, Michael W. Choosing New York Law as governing law for international commercial transactions. New York State Bar Association. **Meeting of the Morocco Chapter**, Casablanca, Morocco, October 8, 2012.

GARCIA, Enéas Costa. **Responsabilidade pré e pós-contratual à luz da boa-fé**, São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GARNER, Brian A. **Black's Law dictionary**. 8. ed. West Group, 2011.

GHESTIN, Jacques; LOISEAU, Grégoire; SERINET, Yves-Marie. **Traité de droit civil: la formation du contrat**. Tome 1: Le contrat, Le consentement. 4^e édition. Paris: Lextenso éditions, 2013.

GILMORE, Grant. **The death of contract**. 2. Ed. The Ohio State University Press, 1995.

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **Função social do contrato: os novos princípios contratuais**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. CC e CDC: convergência de princípios e distinção de sua modulação. In: MELGARÉ, Plínio. (Coord.). **O direto das Obrigações na contemporaneidade**: Estudos em homenagem ao Min. Ruy Rosado. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

GOGLIANO, Daisy. **Tratativas pré-contratuais (bases de uma teoria)**. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2013, São Paulo.

GOMES, Orlando. **Obrigações**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. **Contratos**. 26^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GRAU, Eros Roberto. Um novo paradigma dos contratos? **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 96, p. 423-433, 2001.

GRISI, Giuseppe. **L'obbligo precontrattuale di informazione**. Napoli: Jovene Editores, 1990.

GRÜN, Mary. **A eficácia dos documentos pré-contratuais**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GUERREIRO, José Alexandre Tavares. A boa-fé nas negociações preliminares. **Revista de Direito Civil (imobiliário, agrário e empresarial)**, São Paulo, v. 5, n. 16, p. 48-52, abr./jun 1981.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Contratos reais e o princípio do consensualismo. In: **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**: Divisão Jurídica, Bauru, n.14, p.151-70, abr./jul. 1996.

IGLESIAS, Felipe Campana Padin. **Opção de compra ou venda de ações no direito brasileiro**: natureza jurídica e tutela executiva judicial. 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Direito Comercial) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ITALIA. **Codice Civile Italiano** de 4 de abril de 1942. Disponível em: < <http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:regio.decreto:1942-03-16;262> >. Acesso em: 2 dez. 2017.

JEFFRIES, Browning. Preliminary negotiations or binding obligations? A framework for determining the intent of the parties. **Gonzaga Law Review**, v. 48, n. 1, 2012-2013.

KESSLER, Friedrich; FINE, Edith. Culpa in contrahendo, bargaining in good Faith, and freedom of contract: a comparative study, **Havard Law Review**, v. 77, n. 3, 1964.

KLEIN, John; BACHECHI, Carla. Precontractual liability and the duty of good faith negotiation in international transactions. **Houston Journal of International Law**, v. 17 n. 1, 1994.

KUMPEL, Vitor Frederico. **Teoria da aparência no Código Civil de 2002**. São Paulo: Ed. Método, 2007.

LAKE, Ralph B; DRAETTA, Ugo. **Letters of intent and other precontractual documents: comparative analysis and forms**, Salem, New Hampshire, 1994.

LARENZ, Karl. **Derecho civil: parte general**. Trad. Miguel Izquierdo y Macías-Picavea. Madrid: Ed. Revista de Derecho Privado, 1978.

_____. **Lehrbuch des schuldrechts**. Band I. Allhemeiner Teil. 14. Auflage. Munchen. Verlag C.H. Beck. 1987.

_____. **Allgemeiner teil**. 7. ed. Munchen, 1989.

_____. **O estabelecimento de relações obrigacionais por meio de comportamento social típico**. Tradução de Alessandro Hirata e revisão de Flavia Portella P. Revista DireitoGV, v. 2, n. 1, p. 55-64, jan-jun, 2006. Publicado originalmente como: Die Begründung von Schuldverhältnissen durch sozialtypisches Verhalten. Neue Juristische Wochenschrift, n. 51-52, p. 1897-1900, 1956.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. Negociações e responsabilidade pré-contratual nos contratos comerciais internacionais. In: **Revista da Ordem dos Advogados**, Jan. 2000, p. 49-71.

_____. **Direito das obrigações**, Vol. I, 9. ed., Coimbra: Almedina, 2010.

LOS MOZOS, José Luis de. **El principio de la buena fe**: sus aplicaciones prácticas en el derecho civil español. Barcelona: Bosch, 1965.

MACHADO, João Baptista. **Tutela da confiança e venire contra factum proprium**. Obra Dispersa. Braga: Scientia Iuridica, 1991. v. 1.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. **Contratos coligados no direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. O novo regime das relações contratuais. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

MARTINS, António Carvalho. **Responsabilidade pré-contratual**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

MARTINS, Fran. **Contratos e obrigações comerciais**, Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MARTINS, Raphael Manhães. O princípio da confiança legítima e o enunciado n. 362 da IV Jornada de Direito Civil. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XII, n. 40, p. 11-19, jan./mar. 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. As cartas de intenção no processo formativo da contratação internacional: os graus de eficácia dos contratos, **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 10, p. 39-55, 1994.

_____. A incidência do princípio da boa-fé no período pré-negocial: reflexões em torno de uma notícia jornalística. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 4, out./1992.

_____. Crise e modificação da ideia de contrato no direito brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, v. 3, 1992.

_____. **A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional**. São Paulo: RT, 1999.

_____. **Comentários ao novo Código Civil: do inadimplemento das obrigações**. Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2003, v. 5, t. II.

MENDONÇA, J. X. Carvalho. **Tratado de Direito Comercial Brasileiro**, 5ª edição, vol. VI. São Paulo: Freitas Bastos, 1955.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 12a ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha. **Tratado de Direito Civil Português**, v. I, t. I. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2000.

_____. **Da boa-fé no direito civil**. Lisboa: Almedina, Coleção Teses, 2007.

_____. **Tratado de direito civil**. Direito das obrigações: Vol. IX. Coimbra: Almedina, 2014

MERUZZI, Giovani. **La trattativa maliziosa**. Padova: Cedam, 2002.

MESSINEO, Francesco. **Doutrina Generale del Contrato**: art 1321-1469 cod civil., Terza edizione ampliata. Milano: Giuffrè, 1948.

MIRANDA, Custódio da Piedade Ubaldino. **Comentários ao Código Civil. Dos contratos em geral (Arts. 421 a 480)**. Volume 5. AZEVEDO, Antônio Junqueira de (Coord). São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 1956.

MORAES, Livia Lenz de. **Os efeitos jurídicos das cartas de intenções e memorandos de entendimentos**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito Privado) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MORAES, Mariana Assunção de. **Acordos pré-contratuais**: um estudo sobre seus efeitos jurídicos e sua relevância. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2016.

MOREIRA, Ana Alvarenga. **Por uma concepção objetiva do erro**: a contribuição da teoria da confiança. 2006. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direito Privado) - Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREIRA ALVES, José Carlos. **Direito romano**. v. 1, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MOTA PINTO, Carlos Alberto da. A responsabilidade pré-negocial pela não conclusão dos contratos. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Suplemento XIV, p. 143-252, 1966.

_____. **Teoria geral do direito civil**. 4. Ed. por António Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

_____. **Interesse contratual negativo e interesse contratual positivo**. Coimbra: Coimbra, 2008, v. II.

MOTA PINTO, Paulo Cardoso Correia da. **Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico**, Almedina: Coimbra, 1995.

NALIN, Paulo. Ética e boa-fé no adimplemento contratual. In: FACHIN, Luiz Edson (coord.). **Repensando fundamentos do direito civil brasileiro contemporâneo**, Rio de Janeiro: Renovar, 1998, p. 173-210.

NEGREIROS, Teresa. **Fundamentos para uma interpretação constitucional do princípio da boa-fé**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

_____. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003, v.1.

OLIVEIRA, Marcelo Leal Lima. A aurora na formação dos contratos: a oferta e a aceitação do clássico ao pós-moderno. **Revista de Direito Privado**, v. 4, n. 15, p. 242-272, jul./set, 2003.

PANUCCI FILHO, Roberto. **Lease-back**. 2014. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

PANZARINI, Elisabetta. **Il contratto di opzione: I. Struttura e funzioni**, Milano, Dott. A Giuffrè, 2007.

PATTI, Guido; PATTI, Salvatore. **Responsabilità precontrattuale e contratti standard**. Milano: Giuffrè, 1993.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Figuras parcelares da boa-fé objetiva e venire contra factum proprium**. THESIS, São Paulo, a. IV, v. 8, p. 39-70, 2º semestre, 2007.

_____. **Integração de contratos incompletos**. 2013. 381f. Tese (Livre Docência em Direito) – Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

_____. **Instituições de Direito Civil: teoria geral das obrigações**. v. II. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PEREIRA, Regis Fichtner. **A responsabilidade civil pré-contratual: teoria geral e responsabilidade pela ruptura das negociações contratuais**. Rio de Janeiro – São Paulo: Renovar, 2001.

PIGNATARO, Gisella. **Buona fede oggettiva e rapporto giuridico precontrattuale: gli ordenamenti italiano e francese**. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1999.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1972. t. II, XXIII, XXXVIII.

POPP, Carlyle. **Responsabilidade civil pré-negocial: o rompimento das tratativas**. Curitiba: Juruá, 2001.

PORTUGAL. DL n.º 47344/66 da República Portuguesa, de 25 de novembro de 1966. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo>. Acesso em: 8 dez. 2017.

PORTUGAL. Tribunal da Relação de Guimarães. Apelação nº 902/04-2, Rel. Vieira e Cunha, j. 26/05/04. Disponível em: <<http://www.trg.pt/index.php>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

PRATA, Ana Maria Correia Rodrigues. **O contrato-promessa e o seu regime civil**. Coimbra, Almedina, 1995.

RÃO, Vicente. **Ato Jurídico: noção, pressupostos, elementos essenciais e acidentais: o problema do conflito entre os elementos volitivos e a declaração**. 3. Ed. anotada e atual. Por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1994.

RAVAZZONI, Alberto. **La formazione del contratto**, Milano: Giuffré Editore, 1974.

REI, Maria Raquel Aleixo Antunes. **Da interpretação da declaração negocial no direito civil português**. 2010. 476 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

REIS JÚNIOR, Antonio dos. O problema da execução do contrato preliminar: esboço de sistematização em perspectiva civil-constitucional. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://civilistica.com/o-problema-da-execucao-do-contrato-preliminar/>, p. 4. Acesso em: 7 de jan. de 2018.

REVORÊDO PUGSLEY, Gustavo de. **O efeito modificativo dos fatos jurídicos sobre a relação jurídica obrigacional**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orient.: Lydia Neves Bastos Telles Nunes, 2014.

RIBEIRO, Joaquim de Sousa. Responsabilidade pré-contratual – breves anotações sobre a natureza e o regime, in **Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Manuel Henrique Mesquita**, volume II, Coimbra: Coimbra Editora, 2009.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil**: parte geral. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. I.

_____. **Direito civil**: dos contratos e das declarações unilaterais de vontade. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROMERO, Anna Paula Berhnes. **A tutela da confiança nos contratos empresariais**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orient.: Mauro Rodrigues Penteado. 2013.

ROPPO, Vincenzo. Il contratto. In: IUDICA, Giovanni; ZATTI, Paolo. **Trattato di diritto privato**. Milão: Giuffrè, 2001.

_____. **Il contratto del duemila**. Terza edizione. Torino: G. Giappichelli Editore, 2011.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra: Almedina, 2009.

ROSENVALD, Nelson. **Código Civil comentado**: doutrina e jurisprudência. Coord. Cezar Peluso. 7. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2013.

RUBINO, Domenico. **La fattispecie e gli effetti giuridici preliminari**. Milano: Giuffrè, 1939.

SACCO, Rodolfo. **Introdução ao Direito Comparado**. Tradução: Véra Jacob de Fradera. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SANTOS JÚNIOR, Eduardo. Acordos intermédios: entre o início e o termo das negociações para a celebração de um contrato. **Revista da Ordem dos Advogados**, Lisboa, a. 57, n. 2, p. 566-604, 1997.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório**: tutela da confiança e venire contra factum proprium. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHWARTZ, Alan; SCOTT, Robert E., Precontractual liability and preliminary agreements. **Harvard Law Review**, v. 120, n. 3, p. 662-705, 2007.

SCOTT, Robert E.; KRAUS, Jody S. **Contract law and theory**. 4. ed. Newark: LexisNexis, 2007.

SERPA, Pedro Ricardo e. **A preferência legal e voluntária no direito brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: MARINO, Francisco Paulo De Crescenzo. São Paulo, 2016.

SHEARS, Peter; STEPHENSON, Graham. **James' Introduction to English law**. 13. Ed. Londres/Dublin/Edimburgo: Butterworths, 1996.

SILVA, Juliana Pedreira da. **Contratos sem negócio jurídico**: crítica das relações contratuais de fato. São Paulo: Atlas, 2011.

SIMÃO, José Fernando. A teoria dualista do vínculo obrigacional e sua aplicação ao direito civil brasileiro. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, v. 3, p. 165-181, 2013.

SONNENBERGER, Han Jürgen. **La conclusione del contratto secondo il diritto tedesco**: con attenzione ai problemi internazionalprivatistici nei rapporti commerciali italo-tedeschi. Padova: CEDAM, 1991.

SPECIALE, Renato. **Contratti preliminari e intese precontrattuali**. Milano, Giuffrè, 1990.

SPÍNOLA GOMES, Tércio. **O processo de formação do contrato**: abordagem comparatista entre a tradição da *common law* e o direito brasileiro. 2017. 159f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

TAMBURRINO, Giuseppe. **I vincoli unilaterali nella formazione progressiva del contratto**. Milano: Giuffrè, 1954.

TARTUCE, Flávio. A boa-fé objetiva e os amendoins: um ensaio sobre a vedação do comportamento contraditório. ("venire contra factum proprium non potest"). **Revista Jus Navigandi**, Teresina, a. 11, n. 1171, 15 set. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8925>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

TELLES, Inocência Galvão. **Direito das Obrigações**. Coimbra: Coimbra, 1982

_____. **Manual dos contratos em geral**. Coimbra, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. Atividade sem negócio jurídico fundante e a formação progressiva dos contratos. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 44, p. 19–30, out./dez., 2010.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; e MORAES, Maria Celina Bodin. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

TOMASETTI JR., Alcides. **Execução do contrato preliminar**. 1982. 311f. Tese (Doutoramento em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. Arts. 1º a 13. In: OLIVEIRA, Juarez (coord.). **Comentários à lei de locação de imóveis urbanos (Lei n. 8.245, de 18 de outubro de 1991)**. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. A parte contratual. In: VON ADAMEK, Marcelo Vieira (coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos: liber amicorum Prof. Dr. Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França**. São Paulo: Malheiros, 2011.

TRABUCCHI, Alberto. **Instituciones de derecho civil**. Trad. de Luiz Martínez-Calcerrada. Madrid: Revista de Derecho Privado, 1967. v. 2.

TUCCI, Rogério Lauria; AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Direito de preferência**. São Paulo, 1995. p.41-56. Revista do Advogado, São Paulo, n.45, p.41-56, jan. 1995.

UNIDROIT Principles of International Commercial Contracts 2004. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/english/principles/contracts/principles2016/principles2016-e.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

VASCONCELOS, Pedro Pais. **Teoria Geral do Direito Civil**, Almedina, 2005.

_____. **Contratos atípicos**. 2 ed. Coimbra: Almedina, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Código Civil interpretado**. São Paulo: Atlas, 2010.

VERKERKE, J. H. **Contracts doctrine, theory & practice**. CALI eLangdell Press, 2012.

VICENTE, Dário Moura. **Da responsabilidade pré contratual em direito internacional privado, Coleção Teses**, Coimbra: Almedina, 2001.

WAISBERG, Ivo. **Direito de preferência para a aquisição de ações: conceito, natureza jurídica e interpretação**. São Paulo, Quartier Latin, 2016.

ZANETTI, Cristiano de Sousa. **Responsabilidade pela ruptura das negociações**. 1. ed., São Paulo: Juarez de Oliveira Ltda., 2005.